**Programa Progestão Piauí –**

**Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Piauí**

**Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais**

**&**

**Procedimentos de Gestão Ambiental e Social**

Novembro de 2024

**MUTUÁRIO DO EMPRÉSTIMO:**

**GOVERNO DO ESTADO DE PIAUÍ**

**SECRETARIA DA FAZENDA DO PIAUÍ**

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO:**

CRISTOVAM COLOMBO DOS SANTOS CRUZ - SUPERINTENDENTE DE GESTÃO - SUGEST

WESELY JOSUE OLIVEIRA NOVAES - COORDENADOR SOCIOAMBIENTAL DA UCP – SEFAZ-PI

**SÍTIO ELETRÔNICO ONDE O DOCUMENTO É DISPONIBILIZADO:**

[**https://portal.sefaz.pi.gov.br/programa-pro-gestao**](https://portal.sefaz.pi.gov.br/programa-pro-gestao%20)

**DATA DA DISPONIBILIZAÇÃO DO DOCUMENTO:**

**NOVEMBRO/2024**

**Sumário**

[1. APRESENTAÇÃO 4](#_Toc113015209)

[2. DESCRIÇÃO DO PROJETO 5](#_Toc113015210)

[2.1 A Série de Projetos Pró-Gestão 5](#_Toc113015211)

[2.2 O Projeto Pró-Gestão Piauí 6](#_Toc113015212)

[2.3. Arranjo institucional para implementação 8](#_Toc113015213)

[2.4. Prazo de implementação do projeto 9](#_Toc113015214)

[4. PARTES INTERESSADAS 11](#_Toc113015215)

[5. O QUADRO AMBIENTAL E SOCIAL DO BANCO MUNDIAL 12](#_Toc113015216)

[5.1 Visão geral 12](#_Toc113015217)

[Quadro 1: Síntese das Normas Ambientais e Sociais 14](#_Toc113015218)

[5.2. Normas Ambientais e Sociais Relevantes para o Projeto 18](#_Toc113015219)

[5.3. Classificação do Risco Ambiental e Social do Projeto 18](#_Toc113015220)

[6. AVALIAÇÃO DOS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO 20](#_Toc113015221)

[6.1 Objetivo Geral da Avaliação de Risco e Impacto Socioambiental 20](#_Toc113015222)

[6.2 Princípios da Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais e Proporcionalidade 20](#_Toc113015223)

[6.3 Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais das Atividades Propostas à Luz das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial 20](#_Toc113015224)

[7. MEDIDAS DE GESTÃO DOS RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 29](#_Toc113015225)

[8. SUPERVISÃO E MONITORAMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL 32](#_Toc113015226)

[8.1. Devida Diligência Ambiental e Social 32](#_Toc113015227)

[8.2. Supervisão e Monitoramento da Gestão Socioambiental do Projeto 32](#_Toc113015228)

[8.3. Cronograma da Gestão Socioambiental 33](#_Toc113015229)

[9. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONSULTAS 33](#_Toc113015230)

[9.1 Fase de preparação do projeto 33](#_Toc113015231)

[9.2 Divulgação de Informação durante a implementação 33](#_Toc113015232)

[10. MECANISMOS DE QUEIXAS 34](#_Toc113015233)

[Anexo 1: Síntese da Análise de Relevância das Normas Ambientais e Sociais por Componente e Atividade Previstos no Projeto. 35](#_Toc113015234)

[ANEXO 2. MARCO GERAL LEGAL APLICÁVEL À SÉRIE DE PROJETOS PROGESTÃO E COMPARATIVO COM AS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO MUNDIAL 37](#_Toc113015235)

# 1. APRESENTAÇÃO

A presente Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais do Projeto Pró-Gestão Piauí – Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Piauí (doravante identificado ao longo deste documento simplesmente como Projeto) fornece informações sobre a natureza e o escopo do Projeto, identifica e avalia sucintamente seus potenciais riscos e impactos socioambientais, avalia alternativas e fórmula de medidas apropriadas de mitigação, gestão e monitoramento desses riscos e impactos. Ela visa a atender aos requisitos estabelecidos no Quadro Ambiental e Social (Environmental and Social Framework - ESF) do Banco Mundial. Ela é crítica para definir o Plano de Compromissos Ambientais e Sociais do Projeto.

Esse instrumento de avaliação ambiental e social é adequado em virtude da natureza das atividades de Assistência Técnica que serão apoiadas pelo Projeto e do fato de que o mesmo foi classificado como tendo risco ambiental e social baixo.

A presente avaliação – realizada entre fevereiro de 2022 e agosto de 2022

– Confirma que não são esperados impactos socioambientais negativos que sejam significativos nas atividades a serem desenvolvidas.

Os riscos e impactos ambientais e sociais negativos são considerados improváveis ou insignificantes e passíveis de serem prevenidos por medidas previsíveis e amplamente conhecidas.

Cabe destacar que não é o propósito deste documento realizar estudos exaustivos sobre os impactos ambientais e sociais do Projeto.

Esse documento inclui os seguintes capítulos:

* Descrição do Projeto, seu objetivo, áreas de atuação, arranjo institucional e prazo de execução.
* Caracterização da área de localização do Projeto, incluindo possíveis vulnerabilidades ambientais e sociais.
* Identificação das partes interessadas nas atividades que serão executadas e em seus resultados.
* Descrição sucinta das Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.
* Avaliação dos possíveis impactos socioambientais dessas atividades e de seus impactos futuros (ainda que estes não venham a ser financiados pelo Projeto).
* Identificação das medidas para mitigar, gerir e monitorar os riscos e impactos socioambientais do Projeto.

# 2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

## 2.1 A Série de Projetos Pró-Gestão

O Projeto faz parte de uma Série de Projetos (SOP) no âmbito do Projeto Pró-Gestão, destinado promover a melhoria da administração da gestão fiscal, financeira e patrimonial da administração pública brasileira por meio de ações que visem aumentar a eficiência do Gasto Público em Setores Estratégicos, de modo a contribuir para a sustentabilidade fiscal dos entes subnacionais.

O Projeto Pró-Gestão apoia os pilares Econômicos e Institucionais da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo no período de até 5 anos (Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES). Sob esses três pilares, a ENDES busca:

(i) gestão fiscal, melhoria da gestão fiscal do Mutuário Elegível com foco na racionalização de gastos com pessoal ativo e inativo e na modernização de compras públicas; (ii) gestão financeira, melhoria na gestão financeira do Mutuário Elegível com foco na redução do custo da dívida e investimento público; (iii) gestão patrimonial.

O Projeto Pró-Gestão foi desenhado a pedido direto e em colaboração com o Ministério da Economia e ajudará os Estados a alcançarem os objetivos do ENDES, garantindo, por meio de seus componentes, melhorias sistemáticas na eficiência da administração pública e dos gastos públicos.

A série de projetos Pró-Gestão reconhece que a crise fiscal subnacional é em grande parte resultado de problemas estruturais na gestão do setor público. Disponível para todos os Estados brasileiros independentemente de sua situação fiscal, esta série de projetos presta assistência técnica para ajudar os Estados participantes a modernizarem e melhorarem as seguintes funções do governo por meio de investimentos em reformas de gestão e sistemas de informação:

* Gestão de recursos humanos;
* Previdência Social;
* Compras públicas;
* Investimento público;
* Gestão de dívidas
* Empresas estatais; e,
* Gestão de ativos.

O Projeto também apoia investimentos em reformas de gestão e sistemas de informação em três setores estratégicos:

* Saúde;
* Educação; e
* Assistência social;

## 2.2 O Projeto Pró-Gestão Piauí

O Projeto Pró-Gestão Piauí é um projeto de investimento financiado pelo Banco Mundial no valor de US$ 50 milhões e uma contrapartida de no mínimo 10% do total do Programa. O Projeto está estruturado em torno de três componentes:

1. **Sistemas de gestão para todo o governo;**
2. **Sistemas de gestão em setores estratégicos;**
3. **Gestão do Projeto.**

O projeto inclui o apoio em três setores estratégicos –Saúde, Educação e Assistência Social – com foco nos sistemas de gestão de maior prioridade que podem impactar na eficiência da alocação de recursos. Esses setores respondem por aproximadamente 40% dos gastos totais de Piauí em 2021, portanto, melhorar a eficiência dos gastos pode ter um impacto considerável.

As secretarias participantes são a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), a Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV), a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Secretaria de Saúde (SESAPI), a Secretaria de Educação (SEDUC), a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Agência de Tecnologia e Informação (ATI), a Secretaria Estadual da Assistência Social e Cidadania (SASC) e a Fundação Piauí Previdência (PIAUÍ PREV).

**Componente 1: Sistemas de Gestão para Todo o Governo (ao menos 65% do valor do projeto) (US$ 36.737.500,00)**

**Subcomponente 1.1: Gestão de Recursos Humanos (US$ 9.600.000,00) SEADPREV.** As atividades desse subcomponente incluem: (i) Dimensionamento da Força de Trabalho em órgãos e entidades selecionados; (ii) Design e implementação de uma plataforma de dimensionamento integrada com o sistema de recursos humanos, com a identificação de competências-chave e necessidades de contratação; (iii) plataforma de gestão de pessoal, incluindo a distribuição dinâmica da força de trabalho; (iv) sistema de inteligência artificial para auditoria automatizada da folha de pagamento; (v) implementação de novas funcionalidades ao sistema integrado de gestão de recursos humanos; (vi) automação de serviços de recursos humanos e criação de portal para os servidores; (vii) pesquisas de avaliação periódica das condições de implementação para apoiar a gestão da mudança; (viii) aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas; (ix) aquisição de hardware eficiente para a implementação das soluções.

**Subcomponente 1.2: Gestão da Previdência (US$ 2.200.000,00) PIAUÍPREV.** Serão apoiadas as seguintes atividades: (i) Design e implementação de uma estratégia de investimentos dos fundos de pensão que incorpore fatores ESG; (ii) expansão e atualização do sistema de gestão da previdência; (viii) aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas; (ix) aquisição de hardware eficiente para a implementação das soluções.

**Subcomponente 1.3: Compras Públicas (US$ 9.937.500,00) SEADPREV.** (i) Desenvolvimento de uma estratégia de compras sustentáveis; (ii) Implementação de um sistema integrado de e-procurement, com o redesenho e a automação de processos-chave de aquisições; (iii) Design e implementação de painéis integrados com informações para planejamento e controle; (iv) Uso de IA e nota fiscal eletrônica para assistência em aquisições; (v) Design e implementação de metodologia de strategic sourcing para identificação de bens e serviços necessários no estado; (vi) Aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas; (ix) Aquisição de hardware eficiente para a implementação das soluções. **Subcomponente 1.4: Gestão e Orçamento do Investimento Público (US$ 6.100.000,00) SEPLAN.**

As atividades financiadas por este subcomponente concentram-se no aumento da eficiência e eficácia do gasto público por meio de: (i) Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de projetos de investimento, integrando a preparação, seleção e avaliação; (ii) Preparação de um portfólio de projetos avaliados por metodologia de investimentos existente; (iii) Design e implementação de governança para a gestão de portfólio; (iv) Design e implementação de práticas e sistemas sustentáveis de orçamento; (v) Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de transferência governamentais; (vi) Aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas; e (vii) pesquisas de avaliação periódica das condições de implementação para apoiar a gestão da mudança.

**Subcomponente 1.5: Gestão de Patrimônios/Ativos (US$ 8.900.000,00) SEADPREV**

As atividades financiadas por este subcomponente incluem: (i) Assistência técnica para coletar informações atualizadas sobre os imóveis estaduais, incluindo informações geoespaciais, área, ocupação, avaliação e status de registro; (ii) Desenvolvimento e implementação de módulos de gestão patrimonial que incluam a avaliação de risco ambiental de cada imóvel, painéis de informações estratégicas, e gestão da frota; (iii) auditorias energéticas para propriedades selecionadas, com foco na redução de consumo energético; (iv) desenvolvimento e implementação de sistema para mapeamento de custos de informação tecnológica, incluindo a identificação de sinergias entre sistemas de governo a governo, interoperabilidade, e estratégia de governança para novas aquisições e manutenção; e (v) Aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas. **Componente 2: Sistemas de Gestão em Setores Estratégicos (US$ 16.000.000,00)**

**Subcomponente 2.1: Saúde (US$ 8,500.000,00) SESAPI.**

As atividades financiadas por este subcomponente incluem: (i) Desenvolvimento de uma revisão de gasto público para identificação de custos, estruturas e práticas orçamentarias das unidades de saúde estaduais; (ii) Implementação de um sistema de gestão hospitalar nas principais unidades de média e alta complexidade do estado; (iii) Aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas; e (iv) Implementação de hardware necessário para a operacionalização do sistema.

**Subcomponente 2.2: Educação (US$ 5.500.000,00) SEDUC.**

As atividades financiadas por este subcomponente pretendem reduzir as emissões e melhorar os serviços ecossistêmicos para aumentar a resiliência climática. As atividades incluem: (i) Desenvolvimento e implementação de sistemas de informação para a gestão da merenda escolar; (ii) implementação de sistema de gestão para o transporte escolar e gerenciamento de recursos transferidos; e (iii) Aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas.

**Subcomponente 2.3: Assistência Social (US$ 2.000.000,00) SASC.**

As atividades financiadas por este subcomponente apoiam as atividades de gestão do SASC e contribuem indiretamente para o monitoramento da implementação nos municípios. As atividades incluem: (I) Desenvolvimento e implementação de sistemas para apoiar a gestão financeira e orçamentaria do cofinanciamento do SUAS nos 224 municípios; (ii) automação de processos internos para a redução de retrabalho e viagens operacionais; e (iii) Aprimoramento das capacidades das equipes para a implementação das novas ferramentas.

**Componente 3: Gestão de Projeto (US$ 2.137.000,00) SEFAZ**

**Subcomponente 3.1: Unidade de Gestão do Projeto (US$ 1.637.500,00) SEFAZ.**

Aquisições, gerenciamento financeiro, salvaguardas sociais e ambientais e gestão de mudança.

**Subcomponente 3.2: Gestão da Mudança (US$ 500.000,00) SEFAZ.**

Desenvolvimento de uma estratégia de gestão transversal que incorpore incentivos, processos e desenvolvimento, bem como, quando necessário, no suporte de estudos, consultorias e pesquisas que avaliem a implementação dos sistemas. Revisões processuais antes da implementação de novos sistemas e apoio aos serviços de auditoria do Estado para avaliarem a execução dos recursos.

## 2.3. Arranjo institucional para implementação

O Governo do Estado de Piauí selecionou a SEFAZ como órgão de execução do Pró-Gestão por possuir o quadro de pessoal qualificado, titular e com maior continuidade nas mudanças na administração, mandato para coordenar programas de reforma em todo o governo e experiência em trabalhar com órgãos por meio do planejamento e processo orçamentário, além de experiência com grandes projetos de assistência técnica.

Para a execução do Progestão, o governo editará decreto instituindo:

**Unidade de Coordenação de Projetos (UGP) sediada na SEFAZ***.* Unidade de caráter técnico, operacional e de assessoramento composta por técnicos das secretarias participantes do Pró-Gestão Piaui. Possuirá um coordenador geral, um coordenador técnico (CT), um coordenador financeiro (CF), um coordenador de planejamento e monitoramento (CPM), um coordenador de aquisições (CA).

**SEFAZ**

**PROPOSTA DA UGP**

**UGP**

**SESAPI**

**PGE**

**SEDUC**

**SEPLAN**

**SEAD**

**PIAUÍPREV**

**SASC**

Todos os procedimentos, desde aqueles vinculados ao planejamento, passando pela execução e controles, estarão sob responsabilidade da UGP; que será o interlocutor do Programa junto ao Banco.

O decreto estabelecerá a vinculação entre a UGP e os coordenadores de aquisição e financeiro das secretarias participantes para a execução do projeto, uma vez que as aquisições se darão em cada secretaria.

A principal responsabilidade da UGP será fiscalizar e garantir o cumprimento operacional das normas do projeto e das políticas do Banco Mundial, incluindo a política ambiental e social, conforme definido no contrato de financiamento, o Manual de Operação do Projeto, a Carta de Desembolso e Informações Financeiras.

A SEFAZ assinará termo de cooperação com as secretarias participantes, estabelecendo os objetivos específicos, responsabilidades e prazo para implantação das atividades do projeto. As secretarias participantes designarão um ponto focal responsável pela implementação do projeto e monitoramento do progresso.

## 2.4. Prazo de implementação do projeto

O Projeto será executado ao longo de cinco anos, com início das atividades previstas para o primeiro semestre de 2023 e término no início de 2028. O início do Projeto está condicionado à assinatura do Acordo de Empréstimo entre o Estado do Piauí e o Banco Mundial.

A preparação dos Termos de Referências (TDRs) para a contratação de consultorias e as Especificações Técnicas (ET) para a aquisição de bens e contratações de serviços poderão ser preparados antes da data de assinatura do Acordo de Empréstimo e deverão seguir os requerimentos estabelecidos no presente documento.

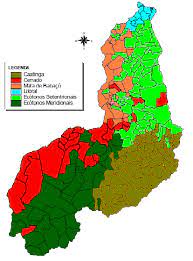
3. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DO PROJETO

Uma vez que se trata de um Projeto de assistência técnica que apoiará a melhoria da capacidade da gestão governamental nas áreas da fazenda, planejamento, saúde, seguridade social e meio ambiente, a realização propriamente dita das atividades propostas ocorrerá dentro das instalações físicas dos órgãos do Governo de Piauí, localizadas em áreas urbanas e, particularmente, em sua Capital.

Os resultados dessas atividades terão, contudo, por área de influência a todo o território do Estado de Piauí, cujas características mais relevantes são sucintamente apresentadas a seguir.

Localizado na região Nordeste do Brasil, o estado do Piauí possui uma área de 251.577km (IBGE,2018), correspondente a cerca de 2,95% do território nacional e é composto por 224 munícipios, o Estado do Piauí é o terceiro maior estado do Nordeste, superado apenas pela Bahia e pelo Maranhão. A população estimada em 2020 é de 3.264.531 habitantes com um grau de urbanização de 65,7%. Outros indicadores relevantes podem ser destacados, como o PIB, que em 2018 foi de R$ 50,4 milhões e o índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,646, ocupando a quarta menor posição no ranking de todos os estados brasileiros.

O Piauí teve bom desempenho econômico e social nos últimos 20 anos tendo sido, de 2016 a 2020, o quinto estado brasileiro com o PIB mais bem acumulado, com crescimento médio anual de 4% (a média nacional foi de 2,5%). Apesar disso, o estado ainda enfrenta problemas econômicos e sociais estruturais, que exigem políticas públicas proativas e investimentos consideráveis para atender às populações mais vulneráveis. Por exemplo, com relação ao PIB per capita, em 2018 o Estado do Piauí se encontrava no 26º lugar, entre as 27 unidades federativas brasileiras, e em 8º lugar entre os nove estados do Nordeste.



O Estado de Piauí, pela sua posição latitudinal, localiza-se na região tropical onde a continentalidade, extensão territorial, as variações do relevo e a circulação atmosférica influenciam na distribuição espacial da temperatura e pluviosidade. A dinâmica da troposfera sobre o estado é caracterizada pela atuação de três grandes massas de ar: Massa Equatorial Continental, que atua durante o ano todo sendo a principal responsável pelas chuvas intensas no período primavera-verão; Massa Tropical Continental, que está associada à baixa pressão no centro da América do Sul, que é muita aquecida durante o verão, formando uma massa de ar quente e seca, predominando céu sem nuvens o que favorece o aquecimento diurno e o resfriamento noturno; e Massa Polar Antártica, que é responsável pelo fenômeno da “friagem” no período do inverno, quando uma massa de ar frio avança pelo interior do continente ocasionando queda brusca de temperatura.

Entre 2010 e 2020 a população do estado cresceu 17,96%, taxa significativamente maior que o crescimento populacional brasileiro que ficou em 12,10% no período. Seguindo a tendência nacional, o estado vem registrando crescente urbanização nos últimos 50 anos. De 1960 para 2010, a população urbana saltou de 36,9% para 81,8% da população estadual, percentual esse um pouco inferior ao do Brasil que era de 84,4% em 2010.[[1]](#footnote-1)

Com uma população de aproximadamente 212,6 milhões de habitantes (IBGE, estimativa 2020) e um PIB de R$7,4 trilhões (IBGE, 2020), o Brasil é considerado como um país de economia de renda média alta. Em 2019, a renda per capita no país era de R$35.161,70. A concentração de pessoas que vivem em situação de pobreza no Nordeste é a maior entre as cinco regiões brasileiras, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE2.

A referida pesquisa mostra que a região Nordeste concentra 47,9% da pobreza no Brasil seguida, também com índice alto, pela região Norte com 26,1%. O Sudeste é a terceira região, com 17,8% e, por fim, as regiões Centro-Oeste com 2,5% e Sul com 5,7% apresentam as menores taxas percentuais do país, com pouca concentração de pobreza. Essa disparidade regional foi agravada com a pandemia da COVID-19, com as regiões Nordeste e Norte registrando maior número de casos e óbitos e aumento da pobreza, com disparidades raciais e étnicas, afetando desproporcionalmente as mulheres, principalmente na zona rural. Considera-se ainda que, particularmente após o corte na Ajuda de Emergência do Governo Federal, os impactos devastadores da pandemia ameaçam comprometer anos de progresso na redução da pobreza e no combate à fome.

# 4. PARTES INTERESSADAS

No âmbito dessa análise, “partes interessadas” refere-se aos indivíduos ou grupos sociais que: (a) são afetados ou suscetíveis de serem afetados positiva ou adversamente pelo Projeto (partes afetadas pelo projeto) ou (b) podem ter um interesse no projeto (outras partes interessadas).

Entre as partes afetadas ou suscetíveis de serem afetadas pelo Projeto, incluem-se:

* Os beneficiários diretos do Projeto, a saber: a SEFAZ, SESAPI, ATI, SEADPREV, SEDUC, SEPLAN, SASC e PIAUÍPREV do PIAUÍ, suas entidades subordinadas e as secretarias setoriais de saúde, assistência social e meio ambiente. Todas essas instituições e seus colaboradores se beneficiarão de sistemas mais eficientes e eficazes para a gestão das finanças públicas, melhor qualidade e informações mais oportunas para a tomada de decisões e capacidade técnica aprimorada de gerenciar e utilizar essas informações para a tomada de decisões. Todas as agências estaduais se beneficiarão de melhorias nas práticas de gestão de todo o governo e melhor acesso à informação.
* Os cidadãos piauienses, que se beneficiarão de melhorias na transparência governamental e aumento da produtividade do setor público.
* Os usuários de serviços públicos, que serão beneficiados com melhorias na eficiência dos sistemas de saúde, assistência social e ambiental, dentre os quais se destacam grupos sociais que enfrentam grandes vulnerabilidades em virtude de suas condições econômicas ou fatores indenitários.
* Os servidores públicos do Estado do Piauí, uma vez que haverá a melhoria dos sistemas de gestão de recursos humanos no Estado.
* As empresas privadas, que serão beneficiadas pela transparência e agilidade nos processos de compras públicas do Estado.

# 5. O QUADRO AMBIENTAL E SOCIAL DO BANCO MUNDIAL

#### 5.1 Visão geral

O Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial[[2]](#footnote-2) estabelece o compromisso do Banco Mundial com o desenvolvimento sustentável por meio de uma política própria e um conjunto de normas ambientais e sociais destinadas a apoiar os Projetos dos Mutuários e implementadores.

As Normas Ambientais de Sociais (NAS) estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelos Mutuários e implementadores no que diz respeito à identificação e avaliação de riscos e impactos socioambientais associados com os Projetos. As normas irão:

* Apoiar os Projetos na adoção de boas práticas relativas à sustentabilidade ambiental e social;
* Apoiar os Projetos a cumprir as suas obrigações ambientais e sociais, tanto no âmbito municipal, quanto estadual, federal e internacional;
* Reforçar a não discriminação, a transparência, a participação, a responsabilização e a boa governança; e,
* Melhorar os resultados dos Projetos em termos de desenvolvimento sustentável por meio do envolvimento contínuo das partes interessadas.

As dez NAS que estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelo Mutuário e pelo Projeto ao longo do ciclo de vida de um Projeto são:

* **Norma Ambiental e Social 1:** Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
* **Norma Ambiental e Social 2:** Condições de Trabalho e Mão de Obra
* **Norma Ambiental e Social 3:** Eficácia de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição
* **Norma Ambiental e Social 4:** Saúde e Segurança Comunitária
* **Norma Ambiental e Social 5:** Aquisição de Terras, Restrições ao uso da Terra e Reassentamento Involuntário
* **Norma Ambiental e Social 6:** Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos
* **Norma Ambiental e Social 7:** Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana
* **Norma Ambiental e Social 8:** Patrimônio Cultural
* **Norma Ambiental e Social 9:** Intermediários Financeiros
* **Norma Ambiental e Social 10:** Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações

As Normas aplicam-se a todos os projetos de investimento apoiados pelo Banco Mundial, que devem, também e obrigatoriamente, aplicar as Diretrizes de Meio Ambiente, saúde e Segurança do grupo Banco Mundial[[3]](#footnote-3). A Figura abaixo, apresenta os parâmetros adotados. Adicionalmente, o Banco Mundial instituiu uma diretriz que requer a consideração dos riscos e impactos socioambientais das operações de investimento que financia que possam atingir de forma desproporcional a indivíduos e grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos. Essa diretriz recomenda que esses riscos e impactos sejam analisados e medidas diferenciadas sejam propostas para que os impactos negativos não recaiam desproporcionalmente sobre os desfavorecidos ou vulneráveis, e que estes não sejam prejudicados na partilha de quaisquer benefícios de desenvolvimento e oportunidades resultantes do projeto.[[4]](#footnote-4) Esses riscos, impactos e medidas diferenciadas também estão sendo consideradas.

Figura 1: Parâmetros socioambientais adotados nos projetos financiados pelo Banco Mundial. 

O quadro abaixo apresenta uma síntese dos objetivos de cada uma das NAS e os principais instrumentos de gestão socioambiental que podem ser aplicados para atender essas normas. A definição da necessidade desses instrumentos é feita caso-a-caso e proporcional aos potencias riscos e impactos decorrentes das atividades dos projetos.

## Quadro 1: Síntese das Normas Ambientais e Sociais

| **NASs** | **Objetivos** | **Principais instrumentos aplicáveis** |
| --- | --- | --- |
| 1  Avaliação Ambiental e Social | * Identificar as NASs relevantes e estabelecer o grau de risco do Projeto; * Identificar, avaliar e gerir os riscos e impactos socioambientais do Projeto; * Adotar uma abordagem de hierarquia de mitigação; * Adotar medidas diferenciadas para que os impactos negativos NÃO recaiam desproporcionalmente sobre os desfavorecidos ou vulneráveis e que estes NÃO sejam prejudicados na partilha dos benefícios e oportunidades de desenvolvimento resultantes do Projeto; * Promover melhor desempenho socioambiental, de forma a reconhecer e fortalecer a capacidade do Mutuário/Projeto; * Orientar a preparação do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais. | * Avaliação dos Riscos Impactos Ambientais e Sociais (ARIAS); * Análise de capacidade institucional e identificação de necessidade de fortalecimento; * Marco ou Plano de Gestão Social e Ambiental; * Plano de Compromissos Ambientais e Sociais. |
| 2  Condições Trabalho | * Promover condições de trabalho seguras e saudáveis; * Promover o tratamento justo, a NÃO discriminação e a igualdade de oportunidades para os trabalhadores do Projeto; * Proteger os trabalhadores do Projeto, incluindo categorias vulneráveis de trabalhadores, como mulheres, indivíduos com deficiências, crianças e trabalhadores migrantes, trabalhadores contratados, trabalhadores comunitários e trabalhadores de fornecimento primário; * Prevenir o uso de todas as formas de trabalho forçado e infantil; * Apoiar os princípios de liberdade de associação e negociação coletiva dos trabalhadores do Projeto de maneira compatível com a legislação nacional; * Fornecer meios acessíveis aos trabalhadores do Projeto para levantar preocupações no local de trabalho | * Plano de gestão de trabalhadores * Plano de engajamento com organizações de classe legalmente estabelecidas. (ver NAS10) |
| 3  Eficiência Recursos, Poluição | * Promover o uso sustentável dos recursos, incluindo energia, água e matérias-primas; * Evitar ou minimizar os impactos negativos na saúde humana e meio ambiente, evitando ou minimizando a poluição proveniente das atividades do Projeto; * Evitar ou minimizar as emissões relacionadas com o Projeto de poluentes de curta e longa duração; * Evitar ou minimizar a geração de resíduos perigosos e NÃO perigosos; * Minimizar e gerir os riscos e impactos associados ao uso de pesticidas. | * Planos de gestão de recursos naturais: água; energia; matérias-primas utilizadas pelo Projeto, incluindo reuso, reciclagem * Planos de Prevenção de poluição * Planos para gestão de produtos químicos, pesticidas, etc. |
| 4  Saúde e Segurança | * Prever e evitar impactos adversos na saúde e segurança das comunidades afetadas pelo Projeto durante o seu ciclo de vida, tanto em circunstâncias rotineiras como NÃO rotineiras; * Promover a qualidade e segurança, bem como considerações relacionadas com alterações climáticas, na concepção e construção de infraestrutura, incluindo barragens; * Evitar ou minimizar a exposição da comunidade aos riscos de segurança rodoviária e de trânsito relacionados com o Projeto, doenças e materiais perigosos; * Dispor de medidas eficazes para enfrentar emergências; * Garantir a proteção dos funcionários e da propriedade de forma a evitar ou minimizar os riscos para as comunidades afetadas pelo Projeto. | * Plano para manipulação, transporte de materiais perigosos; * Painel de segurança de barragens; * Planos de preparação e resposta a emergências. |
| 5  Aquisição de Terras e Reassentamento | * Evitar o reassentamento involuntário ou, quando inevitável, minimizar o reassentamento involuntário, explorando alternativas de concepção do Projeto; * Evitar a despejo forçado; * Mitigar impactos sociais e econômicos negativos ligados à aquisição de terras ou restrições ao uso da terra; * Melhorar as condições de vida dos indivíduos pobres ou vulneráveis, por meio da provisão de habitação adequada, acesso a serviços e instalações, e segurança da posse de terra; * Conceber e executar as atividades de reassentamento como projetos de desenvolvimento sustentável; * Garantir que as atividades de reassentamento sejam planejadas e implementadas com a divulgação adequada de informação, consulta relevante e participação informada dos indivíduos afetados. | * Plano/Marco para Política de Reassentamento. |
| 6  Biodiversidade  Uso Sustentável | * Proteger e conservar a biodiversidade e os habitats; * Aplicar a hierarquia de mitigação e o princípio da precaução na concepção e implementação de Projetos que possam ter um impacto na biodiversidade; * Promover a gestão sustentável dos recursos naturais vivos; * Apoiar os meios de subsistência das comunidades locais, incluindo os Povos Indígenas, e o desenvolvimento econômico inclusivo, através da adoção de práticas que integrem as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento | * Plano de para proteção da biodiversidade e habitas; * Plano de Controle de espécies invasivas; * Plano de gestão Sustentável de recursos naturais vivos; * Plano para Compras sustentáveis de matéria prima de produtos naturais -alimentos, fibras, madeiras; papel. |
| 7  Povos Indígenas | * Assegurar que o processo do desenvolvimento promova o respeito integral aos direitos humanos, dignidade, aspirações, identidade, cultura e meios de subsistência baseados nos recursos naturais desses povos; * Evitar os impactos negativos dos Projetos sobre esses povos ou, quando isso NÃO for possível, minimizar, mitigar e/ou compensar tais impactos; * Promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para os povos que sejam acessíveis, inclusivos e apropriados do ponto de vista cultural; * Aperfeiçoar a concepção dos Projetos e promover o apoio local mediante o estabelecimento e manutenção de uma relação contínua com os povos afetados; * Obter o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) dos povos afetados quando os Projetos: * Tiverem impactos nas terras e recursos naturais- objeto de sua propriedade tradicional ou sob seu uso ou posse consuetudinária; * Causarem sua relocação das terras e recursos naturais- objeto de sua propriedade tradicional ou sob seu uso ou posse consuetudinária; * Tiverem impactos significativos no seu patrimônio cultural, fundamental para a identidade e/ou aspectos culturais, cerimoniais ou espirituais das vidas desses povos ou comunidades. * Reconhecer, respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas desses povos e proporcionar-lhes oportunidades para se adaptarem às mudanças na condição de vida de modo e dentro de prazos que lhes sejam aceitáveis. | * Plano ou Marco de Políticas para Povos Indígenas * Consultar, engajar e obter CLPI; (ver NAS10) |
| 8  Patrimônio  Cultural | * Proteger o patrimônio cultural dos impactos negativos das atividades do Projeto e apoiar a sua preservação; * Abordar o patrimônio cultural como um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável; * Promover a consulta relevante com as partes interessadas relativamente ao patrimônio cultural; * Promover a distribuição equitativa dos benefícios de uso do patrimônio cultural. | * Plano de gestão de patrimônio cultural - material sítios e materiais arqueológicos; * Plano de gestão de patrimônio imaterial cultural |
| 9  Intermediários  Financeiros | * Definir de que maneira os Intermediários Financeiros (IF) avaliarão e gerirão os riscos e impactos socioambientais associados aos Projetos que financia; * Promover as boas práticas de gestão ambiental e social nos projetos que financia; * Promover a boa e sólida gestão dos recursos ambientais e humanos no âmbito do IF. | * Sistema de Gestão Ambiental e Social * Plano de engajamento de atroes sociais |
| 10  Envolvimento Partes Interessadas | * Estabelecer uma estratégia sistemática de envolvimento das partes interessadas, que ajudará os Clientes a criarem e manterem uma relação construtiva com as partes interessadas e, em particular, com as partes afetadas pelo Projeto; * Avaliar o nível de interesse e de apoio das partes interessadas em relação ao Projeto e criar as condições para que as suas opiniões sejam consideradas; * Promover e proporcionar meios para o envolvimento eficaz e inclusivo das partes afetadas pelo Projeto sobre questões que poderiam afetá-las durante todo o ciclo de vida do Projeto; * Garantir que informação apropriada sobre os riscos e impactos socioambientais do Projeto seja divulgada às partes interessadas de modo atempado, acessível, compreensível e adequado. | * Plano de Envolvimento das Partes Interessados (PEPI) – durante a preparação do Projeto * Implementação e monitoramento do Plano de Envolvimento das Partes Interessados (PEPI) – durante a implementação do Projeto * Mecanismos de queixa e Reclamações |

#### 5.2. Normas Ambientais e Sociais Relevantes para o Projeto

A definição das NAS relevantes ao presente projeto foi baseada em informações disponíveis, incluindo o contexto setorial, literatura científica, localização geográfica e configuração, e os stakeholders identificados. A triagem também considerou potenciais questões associadas às atividades de assistência técnica, levando em conta os riscos e impactos da futura implementação de medidas que sejam objeto dela. A triagem também considerou potenciais questões associadas às atividades de assistência técnica, levando em conta os riscos e impactos da futura implementação de medidas que sejam objeto da assistência técnica. O **Anexo 1** apresenta o quadro com análise desagregada de relevância de cada NAS para cada componente e subcomponente no Projeto.

**Quadro 2. Normas Ambientais e Sociais (NAS) relevantes no Projeto**

|  |  |
| --- | --- |
| **Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial** | **Relevância identificada** |
| NAS 1. Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais | X |
| NAS 2. Condições de trabalho e mão de obra | X |
| NAS 3. Eficácia de recursos e prevenção e gestão da poluição | X |
| NAS 6. Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos | X |
| NAS 7. Povos indígenas/comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidos | X |
| NAS 8. Patrimônio cultural | X |
| NAS 10. Envolvimento das partes interessadas e divulgação da informação. | X |

Cumpre ressaltar que todas as ações que compõem o Projeto independente se financiadas pelo Banco Mundial ou com recursos de contrapartida, deverão atender às NAS relevantes ao Projeto.

#### 5.3. Classificação do Risco Ambiental e Social do Projeto

O Banco Mundial classifica todos os Programas de acordo com seus riscos sociais e ambientais de acordo com a seguinte escala: Alto Risco, Risco Substancial, Risco Moderado ou Baixo Risco. A classificação dos riscos sociais e ambientais tem em conta os seguintes fatores:

* Vinculados ao Programa: tipo, localização, sensibilidade e escala;
* Vinculados aos riscos e impactos socioambientais: natureza e magnitude;
* Capacidade e compromisso do cliente com a gestão de riscos e impactos socioambientais;
* Fatores contextuais.

Na análise feita como parte da preparação, o Projeto foi classificado como uma operação de categoria de risco ambiental e social **Baixo**.

A análise de riscos e impactos socioambientais considerou que o projeto Progestão Piauí não prevê obras de infraestrutura ou outras atividades que gerem riscos e impactos ambientais diretos em locais físicos. Também não são esperadas futuras construções de infraestrutura física, planos espaciais e regulamentações de gestão de recursos naturais decorrentes de estudos a serem apoiados pelo projeto. Os tipos de atividades são: projeto e implementação de sistemas digitais; aquisição de sistemas eletrônicos e proposta de legislação para regulamentar as aquisições.

O Banco utiliza uma escala de quatro níveis para classificar suas operações quanto ao grau de risco ambiental e Social:

Operações de **Alto Risco** – são aqueles Projetos com potencial de risco e/ou impactos socioambientais adversos significativos e que sejam múltiplos, irreversíveis ou sem precedentes. Nesses casos incluem-se também projetos cujos executores têm capacidade de gestão ambiental restrita ou com deficiências significativas na implementação das atividades de gestão socioambiental.

Operações de **Risco Substancial** - são aqueles Projetos com potencial de risco e/ou impactos socioambientais adversos significativos e que sejam múltiplos ou irreversíveis, permanecendo ainda impactos e riscos residuais significativos que exigem medidas de mitigação e compensação socioambiental.

Operações de **Risco Moderado** – são Projetos com potencial de riscos e/ou impactos socioambientais adversos limitados, em número reduzido, geralmente locais, possivelmente reversíveis e controláveis por meio de medidas mitigatórias.

Operações de **Baixo Risco** – são Projetos com impactos socioambientais reversíveis, com riscos mínimos ou passiveis de evitar, prevenir e reduzir os efeitos.

**Box 1 – Classificação de Riscos Ambientais e Sociais do Banco Mundial**

Assim, espera-se que o projeto tenha um impacto positivo no meio ambiente através de: (i) estabelecimento de critérios de avaliação de futuros investimentos públicos; (ii) desenvolvimento e a implementação de uma estratégia de compras públicas sustentável; (iii) realização de análise de eficiência energética de prédios públicos estatais selecionadas e identificar investimentos necessários para melhorar a eficiência energética; (iv) racionalizar os ativos móveis e identificar oportunidades de melhorar a sua eficiência energética; (v) reduções de uso de insumos, de tempo de viagem e consumo de energia por meio da digitalização dos serviços da administração pública; e (vi) melhora no monitoramento da cobertura florestal natural e recuperação da vegetação natural no estado e, assim, reforço do cumprimento do Código Florestal (Lei 12.651/2012) e do planejamento do uso da terra. Social.

Também não se espera que a Progestão Piauí tenha impactos sociais adversos. As atividades do projeto não exigem aquisição de terras, não levam a restrições ao uso da terra ou reassentamento involuntário. Não se espera que eles tenham impactos adversos sobre os povos indígenas e outros grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos também. Pelo contrário, espera-se que o aumento da eficiência dos serviços públicos nos diferentes setores beneficie principalmente grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos que dependem fortemente das redes públicas de saúde, educação e proteção social.

O Progestão Piauí vai melhorar a transparência dos processos de gestão de recursos humanos, compras, investimento público e gestão de ativos. Criará oportunidades para consulta pública em torno de projetos de investimento público e da agenda de reforma administrativa. O projeto fortalecerá os mecanismos de reparação de reclamações do governo estadual gerenciados pela Controladoria Geral do Estado de Piauí (CGE/PI).

# 6. AVALIAÇÃO DOS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO

O Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial define a condução de um processo de avaliação ambiental e social dos projetos financiados pelo Banco Mundial como responsabilidade de seus mutuários. Essa avaliação é proporcional aos potencias riscos e impactos prospectados para cada projeto, faz parte do planejamento e elaboração do projeto em si e será utilizada para identificar ações e medidas de mitigação, assim como para melhorar a tomada de decisão.

#### 6.1 Objetivo Geral da Avaliação de Risco e Impacto Socioambiental

Identificar e avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais potenciais das ações a serem implementadas pelo Projeto e recomendar as medidas apropriadas para preveni-los, mitiga-los e monitora-las.

#### 6.2 Princípios da Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais e Proporcionalidade

Como parte do processo de preparação e análise do Projeto e em conformidade com os procedimentos de financiamento de projetos pelo Banco Mundial, as atividades propostas foram analisadas quanto a seus potencias riscos e impactos sociais e ambientais. Essa avaliação considera os requisitos e aspectos abordados pelas Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, a legislação nacional vigente e o conhecimento disponível sobre as atividades propostas. Assim sendo, foram considerados os seguintes princípios:

* O tipo de investimento – assistência técnica sem inclusão e estudos de viabilidade e projetos de engenharia de obras futuras;
* Os efeitos potenciais diretos e indiretos dos produtos resultantes das atividades de assistência técnica (estudos, procedimentos e sistemas de gestão) que serão apoiados pelo Projeto;
* A localização dos impactos potenciais – localizados ou dispersos;
* A duração temporal desses impactos – de curto, médio e logo prazo:
* Os impactos diretamente decorrentes das atividades do projeto ou decorrentes de atividades correlacionadas (simultâneas, dependentes ou decorrentes); e
* Os efeitos subsequentes das atividades do projeto.

#### 6.3 Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais das Atividades Propostas à Luz das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial

O Projeto está focado em atividades de gestão pública nos setores de recursos humanos e previdência, gestão de compras públicas, gestão dos setores de saúde, educação e meio ambiente.

Trata-se de um projeto de assistência técnica, voltado para a melhoria dos sistemas de gestão governamental. Inclui essencialmente consultorias, serviços e aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e inteligência artificial. Não prevê estudos de viabilidade de obras, ou projetos de engenharia para obras futuras ou reformas significativas que interfiram no usos e ocupação do espaço seja ele urbano ou rural.

As atividades serão executadas nas instalações físicas do governo do estado e/ou em escritórios das consultorias contratadas. Não são previstas atividades de risco físico e/ou de saúde laboral para a equipe do projeto e/ou para os contratados direta ou indiretamente pelo projeto em virtude da execução de trabalhos relacionados às funções essenciais do projeto, independentemente do local de sua realização.

Não são previstas atividades “in loco” em áreas rurais e/ou atividades relacionadas com barragens, espécies invasoras, financiamento de subprojetos e manejo de materiais perigosos. O Projeto proposto consiste em uma operação de financiamento de atividades de assistência técnica, apoiando a realização de estudos, melhorias de sistemas eletrônicos e capacitações. Como tal, não prevê investimentos na implementação de obras físicas e/ou intervenções físicas significativas. Não sendo necessária a análise de alternativa para a instalação de obras físicas.

Por todas essas razões, considera-se que os impactos identificados têm baixa probabilidade de se tornarem realidade, têm baixa intensidade, são temporários e podem ser prevenidos com medidas de fácil implementação. No geral, relacionam-se à interpretação dada pelas partes interessadas do projeto aos efeitos de suas atividades e às possíveis implicações de longo prazo nos processos de gestão das pensões dos funcionários públicos.

No entanto, por ser um Projeto de assistência técnica, não é possível antecipar todos os futuros impactos socioambientais decorrentes dos estudos e atividades propostas pelo projeto. Portanto, a avaliação dos impactos e riscos socioambientais potenciais tem como base a literatura sobre os temas tratados.

De forma a garantir a adoção das medidas preventivas e minimizar os riscos os Termos de Referência (TDR) para a contratação de consultorias complexas serão objeto de análise prévia pela UCP e pela equipe socioambiental do Banco Mundial. Esses TDRs deverão incluir as devidas análises de suas implicações socioambientais, considerando a legislação nacional e a conformidade com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

De forma preventiva, a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UCP) inclui atividades de gestão de mudanças e de melhoria dos sistemas de resolução de conflitos. Além disso todos os componentes do projeto incluem atividades de capacitação e comunicação para envolver os servidores públicos nos processos de melhoramento dos procedimentos e uso de sistemas de inteligência artificial desenvolvidos pelo projeto.

**6.3.1. Riscos e Impactos Ambientais**

A avaliação inicial indica que as atividades de assistência técnica do projeto não irão gerar impactos ambientais negativos sobre os recursos naturais vivos, incluindo espécies nativas ou não nativas, uma vez que as atividades apoiadas não incluem obras físicas, atividades em áreas protegidas ou uso intensivo de recursos naturais. Não se espera que afete a biodiversidade ou os habitats, positiva ou negativamente, direta ou indiretamente, ou dependa da biodiversidade para seu sucesso. A avaliação dos riscos e impactos ambientais indica que essa operação de assistência técnica provavelmente não terá impactos diretos adversos significativos e irreversíveis e/ou implicações a jusante sobre o meio ambiente. Não se espera que represente risco de poluição ambiental e degradação dos recursos naturais (ar, solo, água). Espera-se que os potenciais impactos ambientais sejam evitáveis por meio de medidas planejadas. O Projeto poderá gerar benefícios diretos para os recursos naturais vivos, incluindo a diminuição do consumo de recursos como papel e energia nas repartições públicas.

Não é previsto que atividades relacionadas à adoção de sistemas digitais gerem lixo eletrônico incremental e /ou um consumo adicional energia significativo (o que seria relevante para a NAS 3 – Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição). Ao contrário, prevê-se um ganho ambiental pela redução do consumo de papel e pela reciclável e /ou reuso de equipamentos (quando necessário). Não são previstos investimentos em obras civis que gerem impactos significativos.

A avaliação também não indicou a previsão de obras civis e outras atividades que possam interferir em edificações públicas de valor histórico, cultural ou sítios arqueológicos (o que seria relevante para a NAS 8 – Patrimônio Cultural. Como medida de precaução, foram definidos os procedimentos a serem adotados, durante a implementação, no caso de identificação de interferência em edificações de valor histórico e/ou cultural, patrimônio cultural móvel (Ex: livros, pinturas, esculturas, etc.), patrimônio cultural imaterial e sítios arqueológicos.

**6.3.2. Riscos e Impactos Sociais**

A operação de Assistência Técnica trará resultados positivos para a sociedade brasileira, incluindo, entre outros a melhor prestação de serviços públicos de boa qualidade, a redução das oportunidades para fraude nos processos de compras públicas e a maior eficiência do estado. Os impactos sociais são considerados de caráter restrito e, essencialmente, relacionados a garantir o tratamento justo, meios acessíveis inclusivos para apresentar queixas e permitir que as instituições responsáveis pelo projeto respondam e administrem reclamações e queixas.

Com base na literatura internacional, espera-se que a transformação digital do governo venha a contribuir para a inclusão social dos grupos sociais mais vulneráveis e desfavorecidos. Os estudos demonstram que, na medida em que o acesso às tecnologias digitais se expandiu em todo o mundo, oportunidades relacionadas à governança eletrônica e inclusão digital surgiram e que há uma correlação negativa entre o uso de tecnologias digitais e a exclusão social. Eles apontam que a disseminação dessas tecnologias, o custo decrescente das assinaturas de celular e banda larga móvel e sua maior cobertura melhoraram a entrega de serviços eletrônicos a populações vulneráveis.[[5]](#footnote-5) Esses e outros estudos convergem na conclusão de que o desenvolvimento e o uso de novas tecnologias digitais na provisão de serviços públicos podem superar os cismas ou fossos digitais que podem prejudicar ainda mais o acesso dos grupos sociais mais vulneráveis e desfavorecidos aos serviços devido à sua falta de acesso à infraestrutura e tecnologias de TIC, bem como ao “analfabetismo digital” e ao desconhecimento de como usar as TICs.

Todavia, a análise também identifica alguns riscos e potenciais efeitos sociais adversos relacionados a:

1. Potencial oposição por alguns grupos de partes interessadas às propostas de novas estruturas de carreira, parâmetros estratégicos de planejamento da força de trabalho, capacitação, avaliação de desempenho e, por conseguinte, a possibilidade de surgirem protestos e se acirrarem conflitos sociais se as reformas propostas não forem explicadas claramente à sociedade;
2. O risco potencial de exclusão social de indivíduos e grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos se estas reformas no serviço público não implementarem medidas para promover a igualdade de oportunidades no recrutamento e gestão das novas coortes de funcionários públicos;
3. O risco potencial de exclusão de indivíduos e grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos dos benefícios decorrentes da estratégia de transformação digital do governo em virtude dos chamados “fossos digitais”; e,
4. Efeitos adversos decorrentes do uso atual dos prédios públicos que estariam relacionados à subsequente necessidade de relocação de seus atuais ocupantes (regulares ou não).

Assim sendo, vale destacar que a literatura sobre o Governo Digital converge também no alerta sobre a existência desses cismas ou fossos digitais e quanto ao risco de que a falta de inclusão eletrônica possam prejudicar ainda mais os grupos vulneráveis (famílias de baixa renda e pessoas com menos escolaridade, pessoas com deficiência, idosos, mulheres, jovens, residentes rurais, povos indígenas, entre outros) no aproveitamento das oportunidades socioeconômicas e no acesso aos serviços públicos. Consequentemente, eles também enfatizam a necessidade de superar essas barreiras do fosso digital que dificultam o uso dos serviços de governo eletrônico.[[6]](#footnote-6)

Consequentemente, a literatura aponta que as divisões digitais se tornam mais aparentes à medida que um número crescente de serviços governamentais é fornecido on-line, se esses governos adotarem uma abordagem “digital primeiro” que pode excluir inadvertidamente aqueles que não podem usar tais serviços e concluem que, para colher todos os benefícios do progresso do governo eletrônico, os serviços on-line com serviços off-line habilitados por tecnologia, usando vários meios de comunicação (como call centers e centros comunitários) para atender grupos vulneráveis e prestando maior atenção à alfabetização digital da população em geral e dos funcionários públicos.

**6.3.3. Riscos relacionados à Gestão da Mão-de-Obra e Condições Laborais**

Os riscos associados à Gestão da Mão-de-Obra e Condições de Trabalho (relevantes para a NAS 2 – Mão de Obra e Condições de Trabalho) são considerados improváveis. No entanto, deverão monitorados os seguintes potenciais elementos: (a) assédio moral e sexual e discriminação, mas os normativos vigentes no país sobre termos e condições de trabalho aderem e permitem alcançar resultados consistentes aos princípios e requerimentos dessa Norma Ambiental e Social e (b) os impactos decorrentes da adoção de novos procedimentos de gestão de recursos humanos e do sistema de pensão dos servidores públicos.

**6.4 Avaliação da Capacidade Institucional de Gerenciar os Riscos e Impactos Socioambientais**

O arranjo institucional proposto, a capacidade institucional e o marco legal existente permitem uma gestão socioambiental adequada aos níveis de risco do Programa proposto.

As instituições implementadoras demonstraram o compromisso em desenvolver e implementar o Programa em conformidade com as Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial. Esse compromisso será reafirmado através do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais.

Ainda que as instituições envolvidas não tenham prévia experiência com o Quadro de Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, o projeto proposto compreende atividades de assistência técnica de baixo risco socioambiental cujos procedimentos de supervisão e monitoramento são conhecidos e de fácil implementação.

De forma geral o marco legal nacional e estadual pertinente às atividades do Projeto é consistente com as Normas Ambientais e Sociais definidas pelo Banco Mundial que são relevantes (Anexo 3).

**Matriz de Análise Prospectiva de Potenciais Impactos Socioambientais e de Riscos**

| **Componentes/ Subcomponentes** | **Tipo de Investimento** | **Impactos Sociais Potenciais**  **(+) positivos; (-) negativos; (=) sem impacto adicional – *Business as usual*** | **Impactos Ambientais Potenciais**  **(+) positivos; (-) negativos; (=) sem impacto adicional – *Business as usual*** | **NAS relevantes** | **Risco**  **Sem medidas preventivas** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Componente 1: Sistemas de Gestão do Governo** | | | | | |
| *Subcomponte1.1: Gestão de Recursos Humanos* | CS; TI; CP | (+) aumento da transparência | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas | NAS1  NAS2  NAS3  NAS10 | Baixo |
| *Subcomponente 1.2: Gestão da Previdência* | CS; TI; CP | (+) aumento da transparência | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas | NAS1  NAS2  NAS3  NAS10 | Baixo |
| *Subcomponente 1.3: Compras Públicas* | CS; PPN; TI; CP | (+) aumento da transparência  (+) diminuição dos riscos de fraudes  (-) o uso digital pode impactar futuramente a coorte de servidores públicos | (+) compras sustentáveis; controle insumos; eficiência em uso de recursos  (=) geração de lixo digital no padrão Business as Usual | NAS1  NAS2  NAS3  NAS10 | Baixo |
| *Subcomponente 1.4: Gestão e Orçamento de Investimentos Públicos* | CS; PPN; TI; CP | (+) aumento da transparência  (+) diminuição dos riscos de fraudes | (=) geração de lixo digital no padrão Business as Usual  (+) maior eficiência no uso de recursos naturais (água; energia) | NAS1  NAS2  NAS3  NAS10 | Baixo |
| *Subcomponente 1.5: Gestão de Ativos.* | CS; TI; CP; PPN | (+) diminuição de riscos de fraude;  (+) controle e monitoramento  (-) risco de imagem, oposição de partes interessadas, aumento de questionamentos e queixas por algumas partes interessada  (-) potencial relocação (como efeito futuro) de outros ocupantes (regulares ou irregulares) dos prédios públicos no Distrito Federal e outras capitais | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas  (=) geração de lixo digital no padrão Business as Usual  (+) maior eficiência no uso de recursos naturais (água; energia)  (=) não é previsto intervenção em áreas protegidas e/ou habitais críticos | NAS1  NAS2  NAS8  NAS10 | Baixo |
| ***Componente 2: Sistemas de Gestão em Setores Estratégicos*** | | | | | |
|  |  |  |  |  |  |
| *Subcomponente 2.1: Saúde* | CS; TI | (+) aumento da transparência  (+) controle e monitoramento | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas | NAS1  NAS2  NAS10 | Baixo |
| *Subcomponente 2.2: Assistência Social* | CS; TI;CP | (+) aumento da transparência  (+) controle e monitoramento | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas | NAS1  NAS2  NAS10 | Baixo |
| *Subcomponente 2.3:**Ambiente* | CS; TI; CP; PPN | (+) aumento da transparência  (+) controle e monitoramento | (+) aumento da transparência  (+) maior capacidade governamental de controle e monitoramento dos recursos naturais | NAS1  NAS2  NAS6  NAS10 | baixo |
| ***Componente 3: Gerenciamento de Projetos e Mudanças*** | | | | | |
| *Subcomponente 3.1: Unidade de Gestão do Projeto* | CS; TI; CP; PPN | (+) aumento da comunicação e participação pública durante a execução do Programa  (+) transparência e acesso a informações sobre o Programa  (+) controle social sobre o projeto | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas | NAS1  NAS2  NAS10 | Não se aplica |
| *Subcomponente 3.2: Gestão de Mudanças* | CS; CP | (+) transparência sobre o Programa | (=) não são previstos impactos ambientais negativos incrementais decorrentes das atividades propostas | NAS1  NAS2  NAS10 | Não se aplica |

Legenda:

Tipo de Investimento previsto: TI: Tecnologia da Informação (hardware; software; servidores; equipamentos, digitalização; redes); PPN: reforma em políticas, processos, procedimentos e normas; CS: consultoria/ estudos; CP: capacitação: aperfeiçoamento de pessoas; qualificações

Normas Ambientai e Sociais:

* Norma Ambiental e Social 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais
* Norma Ambiental e Social 2: Condições de Trabalho e Mão de Obra
* Norma Ambiental e Social 3: Eficácia de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição
* Norma Ambiental e Social 4: Saúde e Segurança Comunitária
* Norma Ambiental e Social 5: Aquisição de Terras, Restrições ao uso da Terra e Reassentamento Involuntário
* Norma Ambiental e Social 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos
* Norma Ambiental e Social 7: Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana
* Norma Ambiental e Social 8: Patrimônio Cultural
* Norma Ambiental e Social 9: Intermediários Financeiros
* Norma Ambiental e Social 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações

# 7. MEDIDAS DE GESTÃO DOS RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A natureza, magnitude, severidade e probabilidade dos riscos e impactos potencialmente adversos foram avaliados e medidas mitigadoras foram identificadas à luz dos requerimentos das Normas Ambientais e Sociais do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial que são relevantes em virtude das atividades do Projeto, seus impactos e seus efeitos posteriores e seu grau de risco. Destacam-se:

1. Considerando a Norma Ambiental e Social 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais:

* Garantir que a Unidade de Gestão do Programa (UGP) seja responsável por supervisionar e monitorar a gestão dos riscos ambientais e sociais do Programa;
* Garantir que os Termos de Referência para a contratação de consultorias complexas sejam revisados e objeto de não-objeção prévia da equipe do Banco Mundial;
* Caso necessário, obter as licenças, consentimentos e autorizações das autoridades nacionais pertinentes para todas as atividades que o exigirem. Iniciar as atividades somente após essas licenças, consentimentos e autorizações terem sido obtidos;
* Cumprir com a regra da inelegibilidade das atividades incluídas na lista de atividades excluídas ou limitadas (ver Box 2, a seguir);
* Assegurar que potenciais impactos negativos não recaiam desproporcionalmente sobre os desfavorecidos ou vulneráveis, bem como que estes não sejam prejudicados na partilha de quaisquer benefícios de desenvolvimento e oportunidades resultantes do Programa, e, assim, eliminar quaisquer formas de discriminação ou exclusão social.[[7]](#footnote-7)

1. Considerando a Norma Ambiental e Social 2: Mão de Obra e Condições de Trabalho:

* Verificação do cumprimento da legislação trabalhista e das normas de segurança e saúde ocupacional por todos os contratados;[[8]](#footnote-8)
* Os Procedimentos de Gestão Laboral definidos para o Projeto serão válidos e aplicados aos consultores e profissionais contratados na implementação do Projeto;
* Os servidores públicos envolvidos no programa continuarão sujeitos aos termos e condições do seu contrato ou acordo de trabalho do setor público;
* Manter o “Canal Digital de Denúncias Trabalhistas” do governo l como canal de queixas para os trabalhadores do Projeto (fale cidadão - https://ouvidoria.controladoria.mt.gov.br/falecidadao/).

1. Considerando a Norma Ambiental e Social 3: Eficiência de Recurso e Prevenção e Gestão da Poluição

* Os Termos de Referência para contratação da consultoria para definir os critérios e procedimentos sobre os processos de compras públicas deverão ser analisados previamente pelo Banco Mundial e considerar os quesitos dessa Norma, tais como; avaliar o uso atual de energia e recomendações para torna-los mais eficientes;
* Incluir quesito de eficiência energética nas especificações técnicas dos documentos de licitação dos equipamentos;
* Assegurar a destinação correta de lixo eletrônico, no caso de substituição de equipamentos;
* Verificação de legalidade ambiental dos fornecedores de matérias primas.

1. Considerando a Norma Ambiental e Social 7 – Povos Indígenas e Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana

* Identificar e avaliar a natureza e grau dos impactos econômicos, sociais, culturais (incluindo o patrimônio cultural) e ambientais, diretos e indiretos, dessas atividades sobre os Povos Indígenas e prevenir impactos negativos sobre os Povos Indígenas sempre que possível:
  + Preparar e implementar uma estratégia de consulta prévia, livre e informada e identificar meios para identificar as opiniões dos Povos Indígenas a respeito dessas atividades e seus impactos e benefícios, visando a minorar os primeiros e potencializar os últimos;
  + Estabelecer um mecanismo culturalmente adequado para recepção, registro e resposta a reclamações acessível aos povos indígenas e suas instâncias representativas; e,
  + Estabelecer um mecanismo de monitoramento e avaliação dos impactos e benefícios das atividades sobre os Povos Indígenas.

1. Considerando a Norma Ambiental e Social 8: Patrimônio Cultural

* Assegurar que os Termos de Referência para contratação de consultorias sobre o levantamento do patrimônio físico e uso atual dos edifícios deverão considerar os requisitos da legislação nacional e dessa norma e ser analisados previamente pelo Banco Mundial;
* No caso de edifícios históricos e de valor cultural definir procedimentos específicos de análise em conformidade com IPHAM e essa norma;
* Comunicar a ocorrência de achados casuais ao Banco Mundial.

1. Considerando a Norma Ambiental e Social 10: Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações

* Divulgação de informações sobre as atividades do Projeto e consulta às partes interessadas (por exemplo, entidades de classe, usuários dos serviços públicos, grupos sociais vulneráveis e desfavorecidos, etc.) que serão proporcionais aos riscos e impactos potenciais de cada uma dessas atividades;
* A supervisão do Projeto apresentará relatórios periódicos ao Banco Mundial sobre a operação do Mecanismo de Queixas do Projeto;
* No caso de modificações significativas no Projeto ou que os produtos das consultorias financiadas que resultem em riscos e impactos adicionais, o Mutuário fornecerá informações sobre tais riscos e impactos e consultará as partes afetadas pelo Projeto quanto à forma como esses riscos e impactos serão mitigados.

Destaca-se que a qualquer momento da implementação dor Programa poderá ser identificada a relevância de outras Normas Ambientais e Sociais. Nesse caso, os documentos e requerimentos de gestão socioambiental serão atualizados e serão definidos novos requerimentos a serem adotados.

Destaca-se, igualmente, que as medidas para gestão dos riscos ambientais e sociais do Projeto serão incorporadas ao Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS) acordado entre o Banco e o Mutuário, que faz parte do Acordo de Empréstimo e define as medidas e as ações necessárias – bem como os prazos para sua execução – para que o Projeto cumpra com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial. A implementação do PCAS será monitorada e reportada ao Banco Mundial semestralmente.

|  |
| --- |
| **Box 2 - Atividades não elegíveis, limitadas e medidas corretivas**  Com base na avaliação das atividades propostas pelo Projeto, nas Normas Ambientai e Sociais do Banco Mundial e na legislação nacional vigente as seguintes atividades são consideradas como não elegíveis para fins de financiamento do Programa:   * Atividades que tenham o potencial de causar significativa conversão (perda) ou degradação de habitat naturais críticos, seja direta ou indiretamente. Habitats naturais críticos são aqueles legalmente protegidos pela legislação brasileira e/ou aqueles não legalmente protegidos, mas com alto valor ambiental; * Atividades que utilizem recursos florestais originários de extração/manejo não sustentável; * Atividades que incluam mão de obra infantil e/ou que não adotem procedimentos de proteção individual de trabalhadores e práticas de segurança no trabalho e/ou que não estejam em conformidade com a legislação trabalhista nacional; * Atividades que direta ou indiretamente afetem águas internacionais. Ainda que não seja prevista nenhuma atividade que afete águas internacionais, esse critério fica válido durante todas as etapas de implementação do Programa. * Aquisição de armamentos, matérias explosivos ou perigosos * Transporte de produtos químicos perigosos * Aquisição, armazenamento e/ou uso de produtos químicos perigosos não autorizados pela legislação vigente da ANVISA. * Aquisição ou aplicação de produtos químicos nas classes IA e IB das normativas internacionais WHO ou cuja composição química seja considerada perigosa.   São consideradas atividades limitadas ou críticas e objeto de revisão prévia e/ou medidas corretivas pelo Banco Mundial:   * No caso de aquisição de recursos florestais, os processos de licitação deverão incluir certificação de origem e de manejo sustentável das florestas produtivas; * Atividades que durante sua execução, ao contrário do previsto, venham a afetar direta ou indiretamente o patrimônio histórico e cultural.   No caso de identificação dessas atividades, elas deverão ser imediatamente paralisadas e a equipe do Programa deverá informar o Banco Mundial imediatamente. |

# 8. SUPERVISÃO E MONITORAMENTO DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

## 8.1. Devida Diligência Ambiental e Social

Durante a implementação do projeto, o Governo do Estado do Piauí, por meio da UGP, analisará todas as atividades e ações a serem realizadas no âmbito do Projeto, adotando medidas de gestão socioambiental de forma proporcional aos riscos e potencial impactos socioambientais.

O Projeto reportará semestralmente ao Banco informações sobre a supervisão das atividades e medidas adotadas para prevenção, redução e mitigação de eventuais impactos sociais e ambientais. A equipe do Banco também fará a devida diligência ambiental e social do Projeto, avaliando, orientando e supervisionado as ações.

Adicionalmente o Banco Mundial realizará a devida diligência ambiental e social do projeto, de forma proporcional ao fato do projeto ser classificado como de baixo risco socioambiental.

## 8.2. Supervisão e Monitoramento da Gestão Socioambiental do Projeto

A SEFAZ, através da Unidade de Gerenciamento do Projeto, será responsável por designar e manter um responsável pela supervisão socioambiental como parte integrante da Unidade de Gestão do Programa ao longo de toda a implementação do Programa.

As responsabilidades principais incluem:

* Atendimento do Plano de Compromissos Ambiental Social do Programa; (ver documento específico do Projeto), destacando-se:
  + Implementação de atividades de envolvimento das partes interessadas;
  + Adoção dos procedimentos de gestão Laboral estabelecidos para o projeto.
* Atendimento dos requerimentos estabelecidos nesse documento e nas Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial;
* Atendimento das políticas e das legislações ambientais federais, estaduais e municipais;

As atividades do responsável pela gestão dos riscos e impactos socioambientais do Projeto incluirão:

* Supervisão do planejamento e implementação das atividades do Projeto quanto a sua conformidade com a legislação ambiental e social vigentes e as NASs, incluindo a supervisão das empresas contratadas quanto ao cumprimento de regras trabalhistas e da adoção de boas práticas;
* Acompanhamento do Mecanismo de Queixas relacionadas ao Projeto;
* Elaboração de relatórios semestrais ao Banco Mundial o andamento das atividades do Projeto quanto a sua conformidade com a legislação ambiental e social vigentes e as NASs;
* Acompanhamento da equipe do Banco Mundial em missões de supervisão das atividades do Projeto no que se refere as questões ambientais e sociais;
* Fornecimento de orientação e apoio às equipes técnicas quanto aos procedimentos ambientais e sociais a serem adotados pelo Projeto, para garantir o cumprimento dos compromissos presentes nesse marco.

Para o cumprimento dessas responsabilidades, a UGP deverá dispor dos recursos físicos e financeiros adequados, incluindo espaço físico, equipamentos de informática (softwares, hardware, etc.), recursos necessários para viagens e demais despesas vinculadas.

Os custos relacionados ao cumprimento da legislação ambiental e social, ao PCAS e aos requerimentos das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial são inerentes ao Projeto e farão parte de seu orçamento.

## 8.3. Cronograma da Gestão Socioambiental

A gestão socioambiental será um processo contínuo ao longo da vida do Projeto.

Serão elaborados e submetidos ao Banco Mundial relatórios semestrais sobre o andamento das atividades de gestão socioambiental, conformidade das atividades com a legislação socioambiental e as NASs do Banco Mundial. Os relatórios semestrais deverão ser entregues até 30 dias após o término do semestre considerando o ano calendário. Ou seja, até 31 de janeiro e até 31 de julho de cada ano.

# 9. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONSULTAS

## 9.1 Fase de preparação do projeto

O Estado do Piauí divulgará informações sobre o Projeto e seus eventuais riscos e impactos socioambientais às partes interessadas durante a preparação do Projeto.

As informações serão disponibilizadas no sitio eletrônico [[**https://portal.sefaz.pi.gov.br/programa-pro-gestao**](https://portal.sefaz.pi.gov.br/programa-pro-gestao%20)](https://portal.sefaz.pi.gov.br/progestao) através do qual será possível encaminhar comentários. Toda a contribuição recebida durante a fase de consulta será registrada e analisada.

O documento final de Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais será ajustado considerando as contribuições pertinentes.

## 9.2 Divulgação de Informação durante a implementação

O Projeto manterá o documento final de Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais para informação das partes interessadas disponível ao público durante toda a implementação do Projeto no sítio eletrônico [**https://portal.sefaz.pi.gov.br/programa-pro-gestao**](https://portal.sefaz.pi.gov.br/programa-pro-gestao%20) . As atividades apoiadas pelo Projeto serão igualmente divulgadas por meio deste sítio eletrônico.

# 10. MECANISMOS DE QUEIXAS

**O Governo do Estado adotará o robusto mecanismo de recebimento e tratamento de queixas e reclamações da Ouvidoria Estadual. A presente avaliação identificou que esse sistema possui os seguintes elementos adequados à recepção e resposta a queixas das partes interessadas e dos cidadãos em geral:**

* **Canais de Atendimento:**  
    
  E-mail institucional: ouvidoria@sefaz.pi.gov.br  
  Disk Ouvidoria: (86) 3326-2001  
    
  Internet:  
  [http://eouv.pi.gov.br](http://eouv.pi.gov.br/) (e-OUV: para reclamações, sugestões, denúncias, elogios e solicitações de providência – conforme Lei Federal Nº 13.460/2017)  
  [acessoainformacao.pi.gov.br](https://acessoainformacao.pi.gov.br/) (e-SIC: para pedidos de acesso à informação pública – conforme Lei Federal N° 12.527/2011)  
    
  Presencial:  
  Av. Pedro Freitas, s/n – Bloco C, Bairro São Pedro – Centro Administrativo, CEP: 64.018-200, Teresina – Piauí  
  Sala da Coordenação de Controle Interno, 1º andar do prédio sede da SEFAZ/PI.  
  Horário de atendimento: 07h30 às 13h30.
* Base de dados onde as queixas serão registadas por escrito, mantidas e analisadas;
* Procedimentos anunciados publicamente, estabelecendo o prazo para a confirmação de recebimento, resposta e solução das queixas dos reclamantes;
* Transparência em relação ao procedimento de queixas, à estrutura vigente e aos encarregados por tomar as decisões;
* Possibilidade de apresentação de queixas de forma sigilosa e ou anônima;
* Canal para consulta sobre o andamento dos processos de resposta às manifestações realizadas (consulta com o protocolo do fale cidadão);

Nos termos da legislação nacional, prevê-se um procedimento de recurso a que os reclamantes insatisfeitos podem recorrer quando não tiver sido alcançada uma solução para suas queixas. (fale cidadão)

# Anexo 1: Síntese da Análise de Relevância das Normas Ambientais e Sociais por Componente e Atividade Previstos no Projeto.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Componentes e subcomponentes Projeto** | **NAS1**  **Avaliação Ambiental e Social** | **NAS2**  **Condições Trabalho** | **NAS3**  **Eficiência Recursos, Poluição** | **NAS4**  **Saúde e Segurança** | **NAS5**  **Aquisição de Terras e Reassentamento** | **NAS6**  **Biodiversidade**  **Uso Sustentável** | **NAS7**  **Povos Indígenas** | **NAS8**  **Patrimônio**  **Cultural** | **NAS10**  **Envolvimento Partes Interessadas** |
| **Componente 1. Gestão Governamental** | | | | | | | | | |
| 1.1 Gestão de RH | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM |
| 1.2 Gestão da Previdência | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM |
| 1.3 Compras públicas | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM |
| 1.4 Gestão e Orçamento do Investimento Público | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | NÃO | SIM |
| 1.5 Gestão de Ativos | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | SIM |
| **Componente 2. Gestão de Sistemas em Setores estratégicos** | | | | | | | | | |
| 2.1 Saúde | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | NÃO | SIM |
| 2.2 Educação | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | SIM | SIM | SIM |
| 2.3 Assistência Social | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | SIM | SIM | NÃO | SIM |
| **Componente 3. Gestão do Projeto** | | | | | | | | | |
| 3.1 Unidade de gestão do projeto | SIM | SIM | SIM | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | NÃO | SIM |
| 3.2 Gestão de mudanças | SIM | SIM | SIM | NÃO | SIM | NÃO | SIM | SIM | SIM |

# ANEXO 2. MARCO GERAL LEGAL APLICÁVEL À SÉRIE DE PROJETOS PROGESTÃO E COMPARATIVO COM AS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO MUNDIAL

A série de projetos Progestão será implementada de acordo com a legislação vigente, seja ela nacional, estadual e/ou municipal, incluindo as leis, regulamentos, regras e procedimentos aplicáveis. Adicionalmente, as atividades do Projeto deverão estar em conformidade com as disposições das NASs do Banco Mundial.

De forma geral o marco legal nacional, estadual e municipal pertinente às atividades dos projetos é consistente com as NASs definidas pelo Banco Mundial. Caso o marco legal nacional, estadual e/ou municipal seja menos restritivo que as NASs do Banco Mundial, as atividades apoiadas pelo Projeto deverão guiar-se pelas NASs.

As atividades dos projetos deverão ser realizadas de modo apropriado em acordo com o marco legal nacional, estadual, municipal e com as disposições das NASs, utilizando sempre as disposições mais rigorosas.

Ressalta-se que o marco legal referente as condições e trabalho e gestão das relações de trabalho é discutido em documento específico e independente: “Procedimentos de Gestão da Mão de Obra do Projeto”.

**COMPARATIVO ENTRE AS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO MUNDIAL E A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS PROJETOS PROGESTÃO**

| **DISPOSIÇÕES DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS** | **POLÍTICA E LEGISLAÇÃO FEDERAL** |
| --- | --- |
| **NAS1**  Banco exige a Avaliação Ambiental (AA) dos Projetos propostos para financiamento do Banco de modo a assegurar que eles sejam ambientalmente sólidos e sustentáveis, o que leva a uma melhoria do processo de decisão. | * Política Nacional do Meio Ambiente/SISNAMA - Proteção e melhoria da qualidade ambiental. * Lei 6.838/81; * Lei 6.938/81; * Regulamenta categorias de UCs. - Decreto 99.274/90 * Avaliação de Impacto Ambiental. - Resolução CONAMA 001/86; * Revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. - Resolução CONAMA 237/97; * Bens da União e o Patrimônio Nacional - Lei 7.347/85 * Agenda 21 Brasileira * IBAMA - Lei 7.735/89 * ANA - Lei 9.984/2000 * SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei 9.985/2000 |
| **NAS 2 - Mão de Obra e Condições de Trabalho**  O Banco Mundial reconhece a importância de assegurar que os trabalhadores do projeto sejam tratados de forma justa, com condições de trabalho seguras e saudáveis. Neste sentido o Banco Mundial zela pelo tratamento justo, a não discriminação e a igualdade de oportunidades para os trabalhadores do projeto, apoia os princípios de liberdade de associação e negociação coletiva dos trabalhadores do projeto de maneira compatível com a legislação nacional, opõe-se ao uso de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil.  Os princípios e requerimentos dessa Norma Ambiental e Social são consistentes com os da legislação brasileira sobre relações trabalhistas, saúde e segurança ocupacional. | * Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT – [DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%205.452-1943?OpenDocument) e [LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.467-2017?OpenDocument)); * LEI Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e LEI Nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, que regulam as relações trabalhistas e condições de trabalho aplicáveis aos servidores públicos efetivos; * LEI Nº 8.745/1993, de 9 de dezembro de 1993, que regula as relações trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos temporário; * Normas Regulamentadoras sobre Saúde e Segurança do trabalho – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). |
| **NAS 3 - Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição** | * <http://residuossolidos.al.gov.br/vgmidia/arquivos/191_ext_arquivo.pdf> * LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. [Fonte: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) * DECRETO Nº 10.240 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020. [Fonte: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10240.htm) * DECRETO Nº 9.373 DE 11 DE MAIO DE 2018. [Fonte: DOU](https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=14/05/2018&totalArquivos=96) |
| **NAS6 - Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos**  O Banco apoia a proteção, manutenção e reabilitação dos habitats naturais e as suas funções nos seus estudos econômicos e setoriais. Recomenda-se, na implementação dos projetos, ações que visem reduzir o desmatamento, proteger as florestas, promover o reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento econômico. | * Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/98 * SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei 9.985/2000 * Código Florestal - Lei 3771/65 * CDB - Convenção da Diversidade Biológica - Decreto 2.519/98 * Proteção à Fauna - Lei 5.197/67 * Bens da União e o Patrimônio Nacional - Lei 7.347/85 * IBAMA - Lei 7.735/89 * Reserva Legal – RL - Lei 7.803/89 * Gestão de florestas públicas para a produção sustentável - Lei 11.284/06 * Política Agrícola - Lei 8.171/91 * Estatuto da Terra - Lei 4.504/64 * Programas de segurança ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques, com o objetivo de desenvolver ações de cooperação federativa na área ambiental.- Decreto 6.515/08 * Política Nacional de Áreas Protegidas * Criação UCs - Decreto 4.340/02 * PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - Decreto 5.758/06 * Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/98 |
| **NAS8 - Patrimônio Cultural**  O Banco Mundial considera como propriedade cultural sítios de valor arqueológico, histórico, religioso ou natural único. Em Programas com risco potencial a esses sítios, o mutuário deve fazer um relatório avaliando os impactos físicos e ambientais.  O marco legal brasileiro é consistente com os princípios e requerimentos dessa norma. | * Criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). - Lei de nº 378/**37** * Tombamento de bens IPHAN - Lei 6.292/75 * Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado), e dá outras providências - Lei nº 7.347/85 * Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. - Decreto 80.978/77 * Estatuto da Terra - Lei 4.504/64 * Bens da União e o Patrimônio Nacional - Lei 7.347/85 * Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/98 |
| * **NAS 10 - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações**   O Banco Mundial reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais. O envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projetos, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projeto.  A legislação brasileira sobre direitos dos usuários dos serviços públicos e acesso às informações públicas pelos cidadãos, bem como a regulamentação da atuação das Ouvidorias dos órgãos governamentais é consistente com os princípios e requerimentos dessa norma no que se refere ao acesso a informações e à resposta a queixas e reclamações. | * LEI N° 12.527/2012 e DECRETO N° 7.724 / 2012: Regulamentam o direito constitucional de acesso do cidadão às informações públicas sob a guarda do Estado e estabelecem procedimentos para que a administração responda a pedidos de informação do cidadão. A LAI estabelece que todas as informações produzidas e detidas pelas agências públicas devem permanecer acessíveis ao cidadão, a menos que estejam subordinados a algumas restrições legalmente definidas.[[9]](#footnote-9) A LAI assegura o acesso a informações públicas mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público e da realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação Os procedimentos para acesso à informação devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e desenvolvimento do controle social da administração pública. * LEI N° 13.460/2017: Dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos oferecidos direta e indiretamente pela administração pública em todos os níveis, de acordo com o que está previsto na Constituição Federal de 1988 (Art. 37 e Art. 74) e na Emenda Constitucional 19/1988 sobre a participação dos usuários na prestação de serviços públicos e a criação de Ouvidorias em todos os níveis de governo. Esses direitos incluem, entre outros: (i) a participação na supervisão e avaliação da prestação de serviços, (ii) o acesso e uso de serviços sem discriminação e com liberdade de escolha entre os diferentes meios que eles são oferecidos, (iii) o acesso a informações pessoais em registros públicos e bancos de dados, (iv) a proteção de informações pessoais, (v) o acesso a informações acessíveis e corretas nos locais em que os serviços são prestados e através da Internet e (vi) o acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações. Para garantir o cumprimento desses direitos, a lei estabelece que os usuários de serviços de administração pública podem dirigir-se aos prestadores de serviços e apresentar suas manifestações (incluindo queixas, denúncias, sugestões e elogios sobre a prestação de serviços públicos e a conduta dos servidores públicos). * [Instrução Normativa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União/Ouvidoria-Geral da União nº 5/2018](http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27128217/do1-2018-06-25-instrucao-normativa-n-5-de-18-de-junho-de-2018-27128190): Estabelece orientações para a atuação das unidades de ouvidoria do Poder Executivo federal. |

1. Ano da realização do último censo populacional pelo IBGE. [↑](#footnote-ref-1)
2. Banco Mundial : Quadro Ambiental e Social. 2017. <https://www.worldbank.org/>. [↑](#footnote-ref-2)
3. https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics\_ext\_content/ifc\_external\_corporate\_site/sustainability-at-ifc/policies-standards/ehs-guidelines [↑](#footnote-ref-3)
4. World Bank, *Bank Directive: Addressing Risks and Impacts on Disadvantaged or Vulnerable Individuals or Groups*. Issued August 4, 2016. [↑](#footnote-ref-4)
5. World Bank. 2016. *World Development Report 2016: Digital Dividends* (Washington, DC: World Bank – available at [file:///C:/Users/WB83629/Downloads/9781464806711.pdf](about:blank)). The United Nations 2018. *E-Government Survey 2018: Gearing E-Government to Support Transformation towards Sustainable and Resilient Societies* (New York: United Nations – available at <https://www.unescap.org/sites/default/files/E-Government%20Survey%202018_FINAL.pdf>). [↑](#footnote-ref-5)
6. As divisões digitais não estão relacionadas apenas à falta de acesso à infraestrutura de TIC (como acesso insuficiente a computadores, dispositivos de telefone e telefone celular, à Internet ou pouca largura de banda e velocidade), que foram reduzidas à medida que o acesso foi aprimorado através do progresso tecnológico e acessibilidade. Referem-se principalmente a tecnologias (por exemplo, largura de banda da Internet, velocidade, qualidade em diferentes locais), alfabetização digital e know-how para usar as tecnologias digitais. Idade, educação, analfabetismo digital, localização, deficiências, gênero e percepção da utilidade do uso das tecnologias criam obstáculos adicionais para seu uso e para tirar proveito do governo digital. [↑](#footnote-ref-6)
7. Esta medida atende aos princípios da Diretriz do Banco Mundial sobre Riscos e Impactos sobre Indivíduos e Grupos Vulneráveis ou Desfavorecidos - World Bank, *Bank Directive: Addressing Risks and Impacts on Disadvantaged or Vulnerable Individuals or Groups*, instituída em 4 de Agosto de 2016 e disponível em <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/e5562765a5534ea0b7877e1e775f29d5.pdf>. [↑](#footnote-ref-7)
8. Atender aos princípios e requerimentos previstos quer na legislação brasileira que rege os procedimentos trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos (Lei 8.112 / 1990), quer na Norma Ambiental e Social 2 Mão de Obra e Condições de Trabalho do Banco ao se apresentarem as propostas sobre novas estruturas de carreira, parâmetros estratégicos de planejamento da força de trabalho, capacitação e avaliação de desempenho. Assegurando, assim, que o recrutamento e a gestão das novas coorte de servidores públicos não terão por base características pessoais não relacionadas às exigências inerentes ao trabalho, serão fundamentadas no princípio da igualdade de oportunidades e evitarão qualquer forma de discriminação. [↑](#footnote-ref-8)
9. Existem três restrições ao acesso das informações previstas na lei: (i) informações classificadas como reservadas, secretas e / ou ultrassecretas; (ii) informações pessoais relacionadas à intimidade e vida privada dos cidadãos; e (iii) informações protegidas por outra legislação relevante, como informações relacionadas à confidencialidade das informações fiscais e bancárias. Os procedimentos relativos à disponibilização, à classificação, ao tratamento e à gestão da informação de natureza restrita e sigilosa no âmbito da Controladoria- Geral da União foram regulamentados pela Portaria CGU 1.613/2012, disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/07/2012&jornal=1&pagina=13&totalArquivos=260>. [↑](#footnote-ref-9)